

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

JOSIMAR DA SILVA MARQUES

**COOPERCANASUL: O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE INSERÇÃO DE
PEQUENOS PRODUTORES NO MERCADO**

Santo Antônio da Patrulha

2011

JOSIMAR DA SILVA MARQUES

**COOPERCANASUL: O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE INSERÇÃO DE
PEQUENOS PRODUTORES NO MERCADO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Coorientador: Tutor Elvis Albert Robe Wandscheer

Santo Antônio da Patrulha

2011

JOSIMAR DA SILVA MARQUES

**COOPERCANASUL: O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE INSERÇÃO DE
PEQUENOS PRODUTORES NO MERCADO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: 7de junho de 2011.

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Jean Philippe Palma Révillion
UFRGS

Profa. Dra. Susana Cardoso

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Márcia e meu filho Gabriel, pela compreensão, o apoio, o carinho e o incentivo nas horas em que a inspiração parecia não existir. Dedico também aos meus pais e meus irmãos que presenciaram intensamente a trajetória do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por esta realização pessoal, ao Pólo de Santo Antônio da Patrulha, a Coordenadora Dilce, a tutora Sônia e Terezinha que sempre estavam à disposição para o devido auxílio e também a todos os colegas desta turma que de alguma forma contribuíram ao longo do curso.

RESUMO

O cooperativismo no meio rural vem se constituindo em uma forma de agregar pessoas e inserir os produtos, resultados de seus trabalhos no mercado. O trabalho apresenta o estudo de caso sobre a entidade COOPERCANASUL (Cooperativa dos Produtores de cana de açúcar e derivados do RS), situada no município de Santo Antônio da Patrulha, e tem por objetivo analisar o cooperativismo como forma de inserção de pequenos produtores no mercado. Para melhor compreensão, o estudo apresenta no referencial teórico um histórico sobre a cultura canavieira no município, sobre o cooperativismo, agricultura familiar, agroindústria familiar e mercados além da pesquisa de campo realizada junto aos produtores de Santo Antônio da Patrulha filiados à COOPERCANASUL. Este estudo possibilitou entender que a COOPERCANASUL, apesar de enfrentar dificuldades ao longo de sua trajetória, possibilitou e continua possibilitando, mesmo que parcialmente, a inserção dos seus produtores cooperados no mercado.

Palavras-chave: COOPERCANASUL; agricultura familiar; cooperativismo; mercados.

Abstract

Cooperativism in the rural area has been a way to gather people as well as to introduce the products which are the accomplishments of their workforce in the market. This work introduces the case study on the entity COOPERCANASUL (Association of Sugar Cane and By-Products Producers in Rio Grande do Sul) located in Santo Antonio da Patrulha and it aims to analyze Cooperativism as a way to insert small growers in the market. For a better understanding, this study introduces a background about sugar cane culture in the county, also on Cooperativism, familiar agriculture; familiar agro industry as well as field research accomplished with the producers in Santo Antônio da Patrulha affiliated to COOPERCANASUL. This study helped to understand that although COOPERCANASUL faces several obstacles it made possible the insertion of its cooperative producers in the market and still does, even though sometimes it happens partially.

Key Words- COOPERCANASUL; familiar agriculture, Cooperativism, markets

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Santo Antônio da Patrulha.....	12
Figura 2 - Relações estabelecidas dentro de uma cooperativa.....	20
Figura 3 - Produção de cana de açúcar nos municípios do RS.....	30
Figura 4 - Localização geográfica dos entrevistados.....	33
Gráfico 1 - População Rural e Urbana de Santo Antônio da Patrulha.....	28
Gráfico 2 – População Rural- homens e mulheres de Santo Antônio da Patrulha....	29

LISTA DE TABELAS

1 – Demografia rural de Santo Antônio da Patrulha 1970-2000.....	27
2 – Censo populacional de Santo Antônio da Patrulha 1950 – 80.....	28
3 – Cana de açúcar. Área, Produção, Rendimento nos principais municípios do RS.....	31
4 – Capacidade de produção anual em toneladas por cooperados.....	35
5 – Capacidade de produção anual em litros de cachaça por cooperados.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	15
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3.1	Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar.....	17
3.2	Cooperativismo.....	18
3.3	Mercados.....	22
3.3.1	Mercado Institucional.....	24
4	COOPERCANASUL: A CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA.....	26
4.1	Breve histórico da cultura da cana em Santo Antônio da Patrulha.	26
4.2	Da COOPERCANASUL.....	31
4.3	Resultados e Discussões.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE.....	45
	ANEXOS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo no meio rural vem se constituindo em uma forma de agregar pessoas e inserir os produtos, resultados de seus trabalhos no mercado. Através da cooperativa, pequenos produtores/as tem a possibilidade de reunidos, negociarem preços, atenderem demandas, regularizar sua situação de produtor/a, de construírem alternativas e, mais importante ainda consolidar sua participação na sociedade, constituindo-se em uma força capaz de mudar o ambiente onde estão inseridos.

A alternativa de formalização de cooperativas, por parte de pequenos produtores passa pela necessidade de adequação ao mercado em que se encontra, seja ele no âmbito sanitário, capacidade de produção e abastecimento do mercado, bem como propiciar ao pequeno produtor a possibilidade de comercializar seu produto através de uma empresa com participação direta do mesmo, sem que perca o direito de segurado rural, ou seja, o mesmo continua como produtor rural mesmo sendo dono de uma instituição privada.

O presente trabalho pretende analisar o cooperativismo como mecanismo de inserção no mercado, dos pequenos produtores familiares do município de Santo Antônio da Patrulha, no litoral norte do RS, ligados ao cultivo da cana e filiados a COOPERCANASUL¹ (Cooperativa dos Produtores de Cana de açúcar e derivados do RS), situada neste município escolhido para o estudo.

Santo Antônio da Patrulha é tradicionalmente conhecido como a “terra da rapadura e da cachaça azul”. A cultura da cana de açúcar no município vem se destacando desde os anos de 1700. Implantada pelos imigrantes açorianos, a cana de açúcar, já propiciou ao município o status de principal produtor do Estado do Rio Grande do Sul até meados dos anos de 1980, o que lhe conferiu o título de “Terra dos Canaviais”.

Situado entre a capital Porto Alegre e o Litoral Norte, o município é ponto de parada de veranistas que utilizam a RS 030 e a BR 290 em direção ao litoral, movimentando o comércio de derivados de cana principalmente a cachaça e a

¹A COOPERCANASUL possui 24 cooperados de sete municípios, sendo Santo Antônio da Patrulha, Osório, Maquine, Taquara, Parobé, Caraá e Rolante.

rapadura.

O município de Santo Antônio da Patrulha (Figura 1), um dos quatro primeiros municípios do RS, situa-se a 72 km de Porto Alegre fazendo parte do Corede_Metropolitano Delta do Jacuí. Em sua geografia destacam-se áreas de planície e escarpa de planalto com predominância de Mata Atlântica. Na área urbana a economia está baseada no setor metal mecânico e de serviços. Na área rural predomina a cadeia orizícola cultivada nas bacias dos Sinos e do Gravataí, e a cadeia da cana de açúcar alicerçada na agricultura familiar fornecedora de matéria prima para indústrias de derivados existentes no município. Estes setores são hoje os maiores responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda. Salienta-se ainda a pecuária bovina e o cultivo de feijão, milho, banana, o que caracteriza a diversidade agrícola do município.



Figura 1 Localização de Santo Antônio da Patrulha no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: www.pmsap.com.br. Elaborado pelo autor

Em relação ao mercado de produtos agrícolas, no caso derivados da cana de açúcar, os mesmos eram fabricados e ainda continuam sendo na sua maioria em estruturas rústicas e precárias, estes estabelecimentos obtinham alvará municipal até meados dos anos 1990, sendo os produtos comercializados junto às diversas fábricas de derivados de cana existentes no município e região Metropolitana de Porto Alegre. As fábricas regulavam o preço do produto conforme a lei da oferta e da procura, ficando os produtores à mercê das oscilações da safra para barganhar um

bom preço.

O processo de mudanças no mercado de derivados de cana começou em 1995 com vistas primeiramente aos produtores de cachaça, devido os mesmos serem prejudicados com a Lei nº 8.918/94² (assinada pelo então Presidente Itamar Franco no ano de 1994), pois não poderiam mais comercializar a cachaça com nota fiscal de produtor rural. Assim, todos os produtores que tinham a cachaça como fonte de renda passaram a ser considerados ilegais, fato que preocupou as autoridades municipais devido ao grande número de famílias atingidas.

A partir da Lei nº8.918/94, as autoridades municipais começaram a elaborar seminários, palestras, viagens de intercâmbio junto aos atores envolvidos, com o objetivo de garantir que estes produtores continuassem sua trajetória. Surge a partir daí a idéia do Centro de Padronização da Cachaça (que viria a ser mais tarde a COOPERCANASUL) que responderia pela parte jurídica do processo, garantindo ao produtor o direito de segurado rural junto a Previdência Social.

Atualmente, com a Globalização, o mercado fica cada vez mais competitivo e excludente, impondo dificuldades ao acesso dos pequenos produtores no mercado. Uma das conseqüências desse processo tem sido o abandono de propriedades, migrando para centros urbanos ou continuando a produção no mercado ilegal.

Como a COOPERCANASUL possibilitou o ingresso das famílias cooperadas no mercado, se constitui o problema em estudo.

O cooperativismo possibilita a condição de participação dos pequenos produtores/as em negociações, bem como uma visão de trabalho em conjunto, este estudo pretende abordar o cooperativismo como forma de inserção de pequenos produtores no mercado. Para isso, será tomado como objeto de análise a COOPERCANASUL (Cooperativa dos Produtores de Cana e Derivados do RS), localizada no distrito de Montenegro, Santo Antônio da Patrulha – RS.

A importância na busca de dados visando a satisfação ou não dos cooperados, possibilita a compreensão se de fato o cooperativismo possibilitou o ingresso desses produtores no mercado atual. Para isso, o presente estudo está dividido em 4 capítulos, sendo o capítulo 1 a introdução, o capítulo 2 correspondente à metodologia, descrevendo os métodos utilizados na realização do estudo referente

² Ver anexo A

a COOPERCANASUL, o capítulo 3 corresponde a revisão bibliográfica que aborda os temas agricultura familiar e agroindústria, cooperativismo e mercados, o capítulo 4 refere-se aos resultados e sua análise.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada inicialmente valeu-se de uma pesquisa bibliográfica sobre o cooperativismo, agricultura familiar, agroindústria e mercado, seguido da abordagem através de uma coleta de dados quantitativos por intermédio de questionário estruturado aplicado junto aos cooperados da COOPERCANASUL com objetivo de mensurar o número de familiares envolvidos na propriedade, área plantada, produção anual e tipos de derivados de cana de açúcar fabricados.

A abordagem quanto à pesquisa quantitativa segundo Gil (2001) é:

que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc...).(GIL 1991, apud SILVA, 2004, p. 14).

Quanto à abordagem qualitativa, os cooperados e o gestor foram entrevistados de forma individual, onde responderam a questões semi estruturadas que possibilitaram uma melhor compreensão dos relatos obtidos junto aos mesmos.

Segundo GERHARDT e TOLFO (2008), pesquisa qualitativa não se preocupa com representação numérica, mas sim a compreensão de um grupo social ou organizações entre outros.

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14 apud GERHARDT e TOLFO 2008, p.32).

Em relação à natureza, a pesquisa foi do tipo básica, por envolver verdades e interesses, e em relação aos objetivos de caráter exploratório por promover maior proximidade com o tema de estudo devido o contato com pessoas que vivem na prática o cooperativismo.

Quanto aos procedimentos utilizados nesta pesquisa, a modalidade escolhida foi estudo de caso, por se tratar do estudo de uma instituição correspondente a COOPERCANASUL. A pesquisa teve como finalidade compreender a relação dos cooperados com a instituição.

Segundo Fonseca (2002, p. 33 apud Gerhardt e Tolfo, 2008, p. 39) o estudo de caso pode ser:

caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

A área de abrangência da pesquisa se limita ao município de Santo Antônio da Patrulha, que tem seu espaço geográfico dividido em seis Distritos. Os cinco cooperados entrevistados estão localizados no 1º Distrito, correspondente à sede do município, no 3º Distrito correspondente a região de Catanduva Grande e no 6º Distrito correspondente a região de Chico Lumã.

Estes cinco cooperados se constituem numa amostra intencional do total de sete cooperados da COOPERCANASUL residentes no município mencionado acima. O motivo de dois cooperados estarem excluídos da pesquisa, deve-se ao fato de um deles ser o gestor da instituição, portanto foi entrevistado como tal, enquanto o segundo por ser o responsável pela pesquisa.

Para preservar a identidade dos entrevistados bem como evitar constrangimentos usaremos as seguintes identificações, Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3, Entrevistado 4, Entrevistado 5 e o gestor.

As entrevistas são analisadas através de categorias de análise que são a área cultivada com cana de açúcar, a capacidade de produção, a posição frente ao cooperativismo e as melhorias conquistadas com a adesão ao cooperativismo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi dividido em três seções que são, Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar, Cooperativismo e Mercados. Dentro do tema Mercados será abordado o tema Mercado Institucional. Estas temáticas compõem o eixo central do trabalho por apresentar conceitos a partir dos quais todo o estudo sustentar-se-á. A partir de então, passa-se a tratar das temáticas aqui mencionadas.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Definir um conceito sobre o termo agricultura familiar, se torna um exercício complexo devido a grande abrangência de formas de trabalho familiar que o termo engloba. Segundo relata Wanderley (1996) entende-se agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley 1996, p.2)

Sobre as distintas formas de agricultura familiar, Schneider (2006) destaca que a reprodução social (econômica e cultural), depende de como estas unidades se relacionam no espaço onde estão inseridas. Neste contexto, a família é quem toma as decisões, sejam estas adequadas ou não para sua continuidade e reprodução (SCHNEIDER, 2006).

Na visão de Meneguetti (s/d), o desenvolvimento rural sustentável passa pela descentralização do poder, criando um novo paradigma de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura familiar.

Segundo Meneguetti (s/d), desenvolvimento sustentável na agricultura familiar deve considerar as necessidades da população envolvida, respeitando suas peculiaridades regionais, seus aspectos culturais em harmonia e respeitando os recursos naturais. A democracia social deve ser respeitada onde os povos devem ser “os mentores”, disseminadores e fiscalizadores de seu próprio desenvolvimento, tornando-se de fundamental importância o planejamento local e regional para a aplicação de programas e políticas públicas, porém sem desconsiderar o fator global como:

características que a agricultura familiar apresenta, a democratização do

acesso aos recursos naturais, a terra, a água e outros, bem como o fortalecimento da mesma, é uma necessidade social e um fator de melhor gestão, conservação dos recursos naturais, além prover uma melhor organização econômica daquele ambiente, sempre dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. (MENEGUETTI s/d).

Na obra de Pelegrini e Gazolla (2008) sobre a agroindustrialização, a agroindústria familiar seria uma das formas de reprodução social da agricultura familiar. Segundo estes autores:

Entende-se agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, agregação de valor ao produto final (PELEGRINI E GAZOLA, 2008 p.77).

Na afirmação dos autores, a agroindústria familiar proporciona uma maior rentabilidade na atividade rural, mantendo suas características e gerando oportunidade de sucessão familiar.

Atualmente a agricultura familiar vem conquistando destaque no mercado, amparada por programas governamentais como o programa Mais Alimentos, PAA, merenda escolar entre outros. Incentivos a produção e exigências para produzir os alimentos forçam estas famílias a se adequarem gerando com isso a formalização de agroindústrias.

Esta formalização proporciona além da produção de alimentos primários existentes, a oportunidade de processamento dos mesmos transformando-os em novos alimentos, aumentando a linha de produtos ofertados. Outra oportunidade disponibilizada está relacionada ao fato destas agroindústrias poderem comercializar seus produtos em mercados que não sejam os institucionais, atuando de forma individual ou em associações e cooperativas de acordo com o que for viável.

3.2 COOPERATIVISMO

O movimento cooperativista moderno iniciou no ano de 1844 com um grupo de 28 tecelões que fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Neste período em vigorava a Revolução Industrial as condições de trabalho impostas pelo sistema capitalista incluíam “longas jornadas de trabalho sob condição desumana, em que as mulheres e crianças trabalhavam exaustivamente e com salários baixos”.

(FARIAS, 2011, p. 24).

O cooperativismo se estabeleceu a partir de princípios aprovados pelo grupo de tecelões de Rochdale e se mantém até hoje. São eles:

1º Princípio: Adesão voluntária e livre; 2º Princípio: Gestão democrática pelos membros; 3º Princípio: Participação econômica dos membros; 4º Princípio: Autonomia e Independência; 5º Princípio: Educação, formação e informação; 6º Princípio: Cooperação entre cooperativas; 7º Princípio: Interesse pela Comunidade. (FARIAS, 2011, p. 33, 34).

No Brasil, o movimento cooperativista iniciou no final do século XIX, e se intensificou ao longo do século XX sendo que a primeira cooperativa registrada foi a “Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto” criada no ano de 1889 em Ouro Preto (MG) (OCB, 2010). A Lei Federal Nº. 5764/71 (BRASIL, 1971, p. 01) estabelece que “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”, com outras características específicas que as diferenciam de outros tipos de sociedades. A primeira cooperativa rural brasileira foi criada no ano de 1906.

Baseado em Valadares (s/d), até os anos 1930, o cooperativismo agrícola consistia na necessidade de venda dos produtos e abastecimento dos centros urbanos, sofrendo pouca interferência do Estado.

A partir dos anos 1930, o Estado passa a considerar o cooperativismo como ferramenta de intervenção, tanto na economia agrária como urbana. O cooperativismo é para ele, uma forma de implantar a modernização agrícola e também a adequação e integração as novas tendências do mercado, passando a incentivar, bem como influenciar, diretamente nesse segmento.

Esta relação de interferência do Estado no sistema cooperativo, perdura até o final dos anos 1980, pois a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 52, parágrafo XVIII, põe fim a interferência do Estado (BATALHA, 2008, p. 714).

No ano de 2009 o ramo cooperativo agropecuário se constituía de 1615 cooperativas que contavam com 942.147 associados e 138.829 empregados. No ano de 2008 as cooperativas foram responsáveis por 38,4% do PIB Agropecuário e por 47,5% do PIB Cooperativo (OCB, 2008).

Na realidade atual do mundo globalizado, onde a informação é instantânea, a cada dia novas tecnologias são implantadas em todas as áreas, tornando cada vez

mais competitivo o mercado. A necessidade de buscar novas alternativas de sobrevivência a este sistema é fundamental.

Esta realidade afeta também os pequenos agricultores na sua maioria sem condições de absorverem estas novas tecnologias. Estas mudanças no âmbito global ao longo dos anos, principalmente depois da chamada Revolução Verde que foi a tecnificação do campo, onde muitos não conseguiram absorver o modelo imposto a fim de suprir a necessidade das grandes empresas agroindustriais. Dentro desta realidade o cooperativismo serve de alternativa a este sistema de competitividade do mercado. Yokoyama (2006) ressalta a importância da união dos produtores como:

... a formação de grupos de produtores rurais (associações, cooperativas, etc.) pode significar a possibilidade de atender às exigências impostas pelos agentes a jusante. Por meio do compartilhamento de materiais, técnicas e informações e, principalmente, através do aumento de escala, os produtores, em especial aqueles de pequeno e médio portes, podem alcançar as características exigidas que dificilmente seriam alcançadas de forma isolada” (YOKOYAMA, 2006 p. 17).

Na visão de Yokoyama, o cooperativismo disponibiliza aos produtores a capacidade de suprirem suas dificuldades, utilizando de práticas e técnicas já existentes, ou seja, muitas vezes os produtores detêm os meios de produção que serviriam a outros que possuem conhecimento de outra técnica.

Abaixo, a figura 2, demonstra as relações estabelecidas dentro de uma cooperativa, com a interação entre cooperados, cooperativa e mercado:

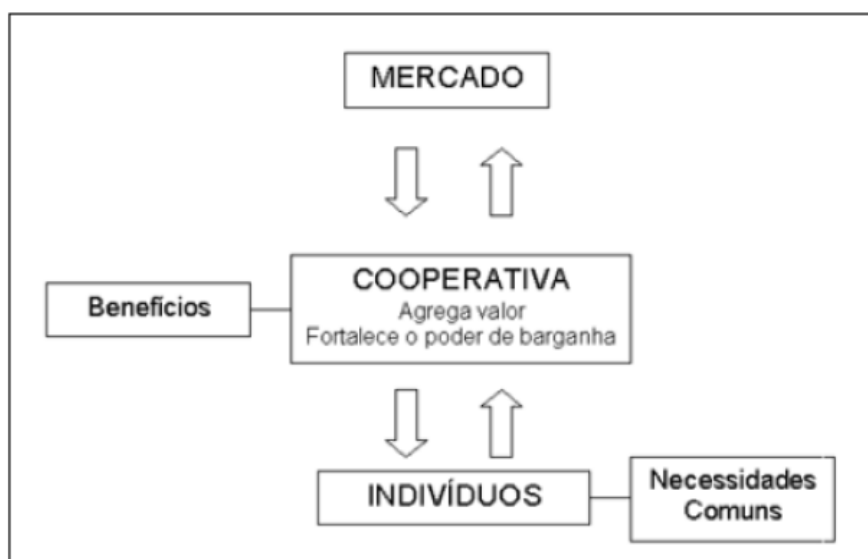


Figura 2: Relações estabelecidas dentro de uma cooperativa.
Fonte: Instituto Federal Farroupilha. **Cooperativismo**. 2010, 20 p.

A organização de grupos de produtores tanto no âmbito da regularização quanto de competitividade no mercado, tendo como vantagens o fato de manterem características locais e regionais, bem como os princípios de coletividade em todas as ações e em muitos casos apresentam características artesanais e familiares tais como em Santo Antônio da Patrulha.

Segundo José Odelso Schneider (2004, p. 02):

As cooperativas são organizações criadas para servir a seus membros e, portanto, devem adaptar-se à nova realidade internacional, sem perder de vista sua identidade específica, sua marca central. As cooperativas precisam mostrar ao mundo que as grandes bandeiras sociais como pleno emprego, distribuição de renda, justiça social, segurança alimentar, defesa do meio ambiente, desenvolvimento local e regional sustentável, são também suas bandeiras, porque assim pregam seus princípios.

Nas palavras do autor, o cooperativismo tem condições de transformar a realidade local/regional, mantendo-se atualizadas em relação às novas tendências de mercado como o desenvolvimento sustentável.

Para Gehlen e Mocelin (2009) a concepção inicial das cooperativas rurais era:

... de abrangerem a totalidade das atividades da família associada, sejam elas convencionais ou tradicionais. Assim, quando ligada a uma cooperativa, a unidade de produção vinculava a esta seu sistema de produção. A totalidade dos cereais produzidos, dos animais criados, por exemplo, era comercializada pela cooperativa. Existia um processo de fidelização. (GEHLEN E MOCELIN, 2009, P. 43/44)

Esta concepção inicial de cooperativismo que absorvia a totalidade da produção da unidade começou a ceder espaço para um novo tipo de relação entre a unidade de produção e a cooperativa.

Nesta nova concepção segundo Gehlen e Mocelin (2009), um grupo familiar poderia estar vinculado com uma cooperativa para entrega de soja, enquanto a produção de milho do mesmo grupo familiar seria entregue a outra cooperativa. Neste novo formato de cooperativismo, as cooperativas se relacionam com setores de produção organizados por atividades, neste caso o grupo familiar não fica totalmente vinculado a uma determinada cooperativa.

Ainda sobre estes dois formatos de cooperativismo, Gehlen e Mocelin (2009) afirmam:

O cooperativismo convencional ou tradicional é centrado no conceito de indivíduos interdependentes que necessitam de uma representação coletiva

integral para adquirir escala e vantagens no mercado; ao passo que o cooperativismo por atividades é focado nos indivíduos autônomos, interativos profissionalizados, que têm na cooperativa uma representação parcial, vinculada a um ou mais produtos com vistas à competitividade no mercado (GEHLEN E MOCELIN, 2009, P. 44).

Em relação ao cooperativismo projetar o pequeno produtor no mercado, Domiciano (2007), destaca em seu estudo que a criação de uma cooperativa no município de Mara Rosa, Goiás, para representar pequenos produtores excluídos do mercado formal teve grande relevância, como cita o autor:

A congregação dos agricultores em torno da Cooperativa permitiu um gradativo processo de formalização do sistema produtivo de açafrão em Mara Rosa, pois até então os produtores não tinham nenhum registro de seus empreendimentos, não eram produtores formais, praticamente não existiam perante o Estado e a sociedade em geral. (Com a Cooperaçafrão passaram a “ser vistos como produtores” efetivamente reconhecidos no espaço social regional garantindo a sua inclusão no processo produtivo, em condições de buscar uma melhor valorização para o produto de seu trabalho.). (DOMICIANO, 2007, p. 816)

Como relatado por Domiciano 2007, a criação da cooperativa possibilitou a estes produtores a conquista do espaço na sociedade, como entidade reconhecida formalmente e não mais clandestinamente sem possibilidade de crescimento na atividade por eles exercida.

Supondo o papel promissor do cooperativismo na inserção dos associados e na ascensão econômica destes, convém abordar a noção de mercado o que será tratado a seguir.

3.3. MERCADOS

Em todas as sociedades existentes, os sistemas econômicos são mecanismos de organização de troca entre bens e serviços, sendo ela capitalista (com liberdade de escolha por parte de empresas e família), socialista (onde o governo é quem determina as ações de mercado). Na maioria das sociedades modernas a opção é pelo sistema econômico misto, um sistema integrado entre poder público e privado, com algumas optando por maior participação do Estado no mercado enquanto outras defendem a regulação do mercado com maior participação privada.

Segundo Hall; Lieberman (2003, p.56 apud WAQUIL, MIELE e SHULTZ, p.

10) uma definição concisa de mercado aponta para um "grupo de compradores e vendedores que tem potencial para negociar uns com os outros".

Numa forma mais abrangente, ao conceituar mercado Waquil, MIELE e SHULTZ (2010, p11) destaca que:

Mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interação e troca, redigido por normas e regras (formais e informais) onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos.

Dentro da realidade atual, o mercado é cada vez mais exigente e acirrado, onde as agroindústrias, por exemplo, buscam meios de se manterem e conquistarem novos mercados, tais como impor barreiras à entrada de novas empresas. Alguns meios de se impor barreiras relacionam-se com a capacidade que algumas empresas têm de usufruírem de novas tecnologias, capital facilitado, diversificação das atividades, obtenção de registro de patentes (impedindo que outros utilizem estas tecnologias ou produtos), entre outros.

Este poder de entrave à concorrência possibilita uma grande obtenção de lucro acima dos custos de produção, podendo gerar um domínio desleal sobre o mercado.

Para evitar este domínio por parte de algumas empresas, o mercado é regido por um conjunto de regras e leis chamado de Ambiente institucional. Segundo Miele, Waquil e Schultz (2010), este ambiente institucional regula os limites das empresas quando estas passam a prejudicar a concorrência no mercado, gerando ineficiência para a sociedade.

O CADE (Conselho Administrativo de defesa econômica), vinculado ao Ministério da Justiça fiscaliza todas as fusões de grandes empresas no Brasil, a fim de averiguar se esta negociação não prejudicará o mercado, podendo vetar ou não estas fusões. Outros setores da economia como telecomunicações, petróleo, energia elétrica possuem seus órgãos reguladores como a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANP (Agência Nacional do Petróleo) e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Cabe salientar que o trabalho exercido pela OMC (Organização Mundial do Comércio), que julga a relação de mercado entre um país e outro a fim de garantir uma negociação justa. Mesmo com este conjunto de regras e leis disponíveis para a regulamentação do mercado, Miele, Waquil e Schultz (2010), observam que o

Ambiente Institucional pode sofrer pressão por parte de grandes corporações ou países, por vezes de forma obscura para obterem vantagem na relação de mercado.

3.3.1 Mercado Institucional

Um grande desafio para empresas agropecuárias ou não, está relacionado ao comércio de seus produtos, para o ramo cooperativo esta realidade não é diferente. A constituição de uma cooperativa em termos legais não significa que os problemas dos agricultores cessaram, mesmo ela possuindo matéria prima e os meios de produção necessários para a confecção dos produtos.

Na verdade o grande desafio está só começando que é a conquista do mercado, pois a partir da constituição da empresa cooperativa, os mesmos passam a competir com empresas concorrentes já estabelecidas no mercado. A comercialização antes exercida de forma individual, muitas vezes na ilegalidade que, de certa forma, movimentava o comércio, agora não é suficiente.

Dentro dessa realidade, a participação do Estado na formação de canais de comercialização tem grande importância na comercialização de produtos oriundo principalmente da agricultura familiar.

Segundo Vian e Sacco dos Anjos (2007, p 01) apud Vogt e Souza (2009), o mercado representa uma “construção eminentemente social, no qual interação consumidores, produtores, Estado e demais agentes envolvidos, em estreita interdependência no âmbito das cadeias produtivas”.

O Pronaf criado em 1996, trouxe grande incentivo a produção por parte da agricultura familiar através de suas linhas de financiamento tanto de custeio quanto de investimento, atualmente os programas de compras de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), movimentam a economia local e regional possibilitando o comércio de forma direta entre entidades e produtores, cooperativas ou associações. Vogt e Souza (2009, p 06), afirmam que:

o PAA cria as condições necessárias para que o Estado possa atuar no mercado de produtos agrícolas, o que contribui para fortalecer a autonomia dos agricultores familiares frente aos diferentes agentes de mercado. Antes do Programa, os preços de referência para as compras públicas eram os preços mínimos, há muito defasados frente à realidade do mercado. Com o PAA, as compras podem ser feitas a preços próximos da realidade vivida

pelos mercados locais, contribuindo para garantir a remuneração do agricultor familiar.

No município de Santo Antônio da Patrulha destaca-se um recente exemplo de atuação de atores locais em conjunto com o Estado, chamado de Programa de Qualificação da Produção do melado e açúcar mascavo do município de Santo Antônio da Patrulha (Puro Engenho³).

Este programa criado em 2007 com a participação de entidades como Emater, Sebrae, Prefeitura Municipal, Senar e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, juntamente os agricultores familiares ligados ao cultivo da cana, têm por objetivo regularizar as agroindústria informais do município de acordo com as exigências sanitárias, capacitar os produtores e estabelecer uma relação de comércio justo entre as agroindústrias familiares e as empresas compradoras de seus produtos, no caso o melado e o açúcar mascavo.

O Puro Engenho em sua pequena trajetória, tem conquistados resultados que começam a modificar a relação de comércio entre produtor e indústrias. O fato de ser uma ação local possibilita uma melhor compreensão dos fatos existentes.

No capítulo a seguir destaca-se o estudo referente a uma ação regional envolvendo a ação de Estado e produtores rurais de derivados de cana de açúcar.

³ Ver anexo B, relativo ao Decreto Municipal que instituiu o Programa Puro Engenho

4. COOPERCANASUL: A CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA

O capítulo 4 constitui-se em um breve histórico da cana no município de Santo Antônio da Patrulha, seguido da apresentação da COOPERCANASUL e por último a apresentação dos resultados e sua análise.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA CULTURA DA CANA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

A cultura da cana-de-açúcar é tradicional desde a sua introdução em Santo Antônio da Patrulha, na metade do século XVIII, trazida pelos imigrantes açorianos. Seu cultivo se deu sempre pela agricultura familiar, sendo ela matéria prima para fabricação de açúcar-mascavo, essencial na época para consumo próprio, também utilizado para o trato dos animais. Segundo Barroso (2006), o ciclo do tropeirismo⁴ contribuiu para o comércio e conseqüente aumento dos canaviais na época, sendo a cachaça e o açúcar mascavo os principais produtos de troca.

A implantação de engenhos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul está relacionada com o Ciclo do Tropeirismo, desencadeado na primeira metade dos 1700. O trânsito dos tropeiros, pelos caminhos da Praia, de Souza Faria (via Morro dos Conventos/SC) e do Sertão (via Santo Antônio da Patrulha e Campos de Cima da Serra/RS) proporcionou um mercado amplamente favorável à produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, sobretudo. (BARROSO, 2006, p, 84).

Com o passar dos anos o cultivo da cana foi se tornando no município a principal fonte de renda das famílias sendo transformada em melado, cachaça e rapadura. Devido o aumento do consumo dos seus derivados, principalmente cachaça e rapaduras que eram levados para a fronteira do estado por comerciantes do município. Os agricultores tinham os engenhos onde eram, e ainda hoje é realizado todo o processo de beneficiamento da cana-de-açúcar em seus derivados. Quem possuía um engenho geralmente produzia os derivados, apropriando-se de

⁴ Tropeirismo: nome dado ao ciclo do transporte de gado e mulas pelos tropeiros entre o sul e o sudeste.

todo o processo: cultivo, beneficiamento e a comercialização. Neste contexto, o município de Santo Antônio da Patrulha no ano de 1938 foi considerado o principal produtor de cana-de-açúcar do estado com uma produção média de 240 mil toneladas, correspondendo a 46% da produção total do estado do Rio Grande do Sul. (BARROSO 2006).

Com a instalação da AGASA (Açúcar Gaúcho S/A), no início dos anos 1960, esta relação de comércio foi se modificando, produtores se dedicaram mais ao plantio extensivo da cana para vendê-la in natura a AGASA, deixando de processá-la.

A relação entre fornecedores de cana e AGASA foi se desgastando devido ao baixo preço pago aos produtores, agravado ao alto preço dos fretes para o transporte até à usina, a falta de condições de logística (condições das estradas), a “inadequação estrutural usineira com a produção em minifúndios” BARROSO (2006) sendo decretada a sua falência em janeiro de 1990.

A partir da decadência da AGASA, seus fornecedores principalmente os que não detinham os meios de produção para fabricação dos derivados, não tinham onde escoar a produção, resultando no abandono das “roças” e na partida para municípios vizinhos principalmente da grande Porto Alegre e Vale dos Sinos, este último para suprir a demanda de mão de obra do setor coureiro calçadista.

Esta migração para centros mais populosos ocasionou um grande êxodo rural no município de Santo Antônio da Patrulha, conforme tabelas abaixo.

TABELA 1:

Demografia - População Rural Santo Antônio da Patrulha – RS – 1970 - 2000

SEXO	1970	1980	1991	2000
Masculino	17.751	11.647	8.983	6.414
Feminino	20.170	13.390	10.559	7.138
Total	37.921	25.033	19.542	13.552

Fonte: IBGE. Banco de dados SIDRA.

TABELA 2:

Censo populacional do município de Santo Antônio da Patrulha 1950/1980

Ano	1950	1960	1970	1980
Local				
Na sede	2.108	9.234	12.286	12.939
Total	67.292	54.738	53.626	41.357

Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Porto Alegre. Comissão de estudo municipais. 1985. p. 192 apud Barroso 2006, p. 592.

Os dados apresentados na tabela 1 e 2, mostram uma pequena evolução da população urbana no município de Santo Antônio da Patrulha entre as décadas de 1970 e 1980, enquanto a população rural teve expressiva queda, ficando claro a migração para municípios vizinhos em busca de novas oportunidades, modificando a paisagem rural do município que era chamado de “Terra dos canaviais”.

O GRAF.,1 a seguir mostra o resultado do último censo realizado no ano de 2010, onde apresenta a redução da população rural em relação ao dado apresentado na tabela 1 referente ao ano de 2000.

I População - Santo Antônio da Patrulha (RS)

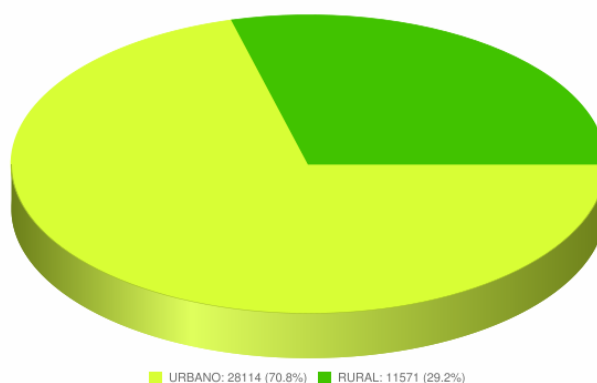


GRÁFICO 1: População urbana 28114 (70,8%) e população rural 11571 (29,2%)
Fonte: Censo IBGE 2010

O GRAF.,2 a seguir apresenta dados sobre a população rural – Santo Antônio da Patrulha – 2010 Homens: 6052 (52,35%) e mulheres: 5519 (47,7%) Fonte: IBGE, 2010

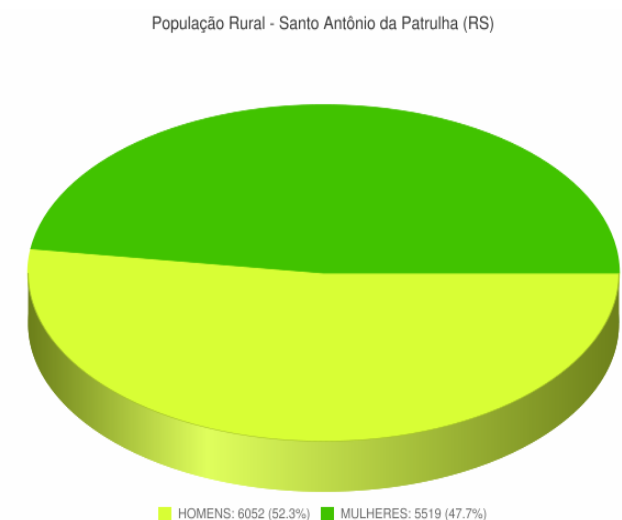


GRÁFICO 2 População Rural – homens 52,3% e mulheres 47,7%
Fonte:Censo IBGE, 2010

Os dados apresentados no GRAF.,2 demonstram, além da contínua diminuição da população rural, também uma inversão da população rural de Santo Antônio da Patrulha. Estes dados apresentam a população dividida por sexo, apontando que a população masculina ultrapassou a feminina nos últimos dez anos, em comparação com a tabela 1, fenômeno já conhecido como masculinização no meio rural, conforme Camargo, Abramovay (1999).

A diminuição da população rural no município tem relação direta na redução da área cultivada. A produção da cana era diretamente ligada à mão de obra familiar para a realização de todo o processo produtivo, não podendo usufruir da tecnificação das lavouras, já que o cultivo da cana no município se situa numa região de escarpa de planalto.

Santo Antônio da Patrulha, considerado o principal produtor do estado no final dos anos 1930, de acordo com Barroso (2006), com uma produtividade em torno de 240 000 toneladas/ano e respondendo por 46% da produção do estado, atualmente esta bem distante dos principais produtores do estado.

Na figura a seguir veremos o mapa dos principais produtores de cana do estado e a capacidade produtiva do município no ano de 2005.

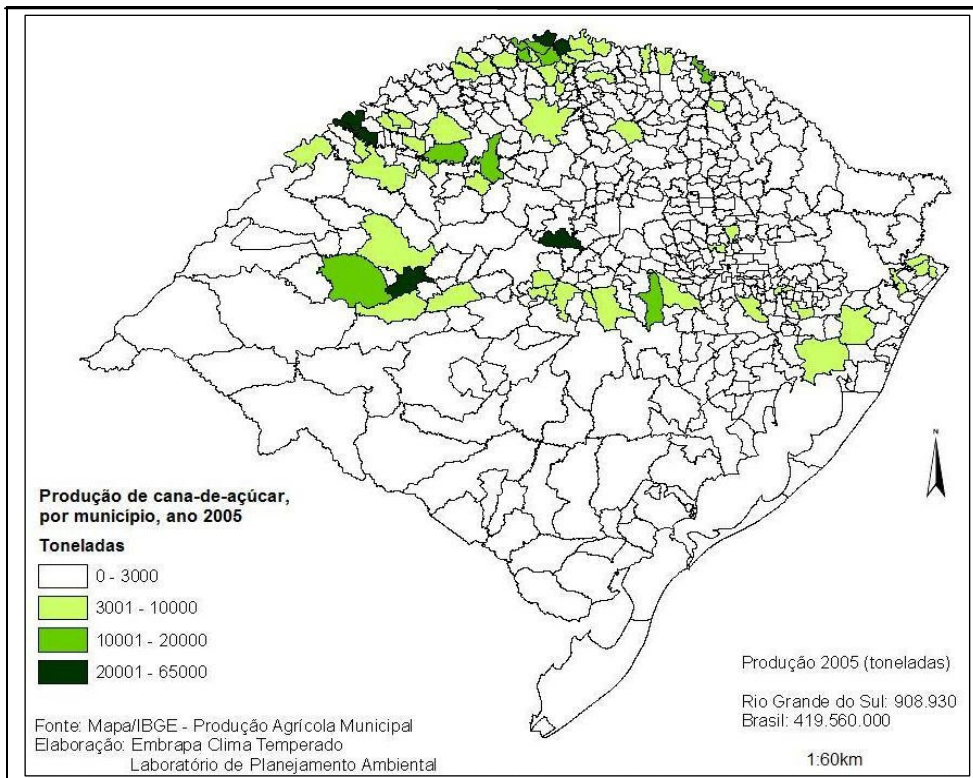


Figura 3: Produção de cana por município do RS

Os dados relacionados a pesquisa do ano de 2005, apontam Santo Antônio da Patrulha com uma produção média entre 3 000t e 10 000t ao ano, bem distante daquela que o destacou entre as décadas de 1930 e 1980 como o maior produtor do estado.

Na tabela seqüente, veremos uma pesquisa referente a o ano de 2008 com dados sobre área colhida, produtividade e rendimento em toneladas por hectares.

TABELA 3:
Cana de açúcar – Área, produção e rendimento nos principais Municípios – RS - 2008

CANA-DE-AÇÚCAR - Área, Produção e Rendimento nos principais Municípios - RS - 2008

MICRORREGIÕES	MUNICIPIOS	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO	
		(ha)	%/RS	(t)	%/RS	(kg/ha)	%Mun/RS
Cerro Largo	Roque Gonzales	2.200	5,98	132.000	24,43	60.000	154,19
Cerro Largo	Porto Xavier	1.200	3,26	60.000	15,58	50.000	128,49
Santa Maria	Jaguari	800	2,18	38.000	9,74	47.500	122,07
Cruz Alta	Salto do Jacuí	470	1,28	32.900	5,06	70.000	179,89
Campanha Ocidental	São Francisco de Assis	500	1,36	30.000	4,80	60.000	154,19
Erechim	Aratiba	600	1,63	30.000	2,73	50.000	128,49
Frederico Westphalen	Iraí	840	2,28	21.000	2,36	25.000	64,25
Frederico Westphalen	Vicente Dutra	450	1,22	20.250	2,28	45.000	115,64
Erechim	Marcelino Ramos	350	0,95	19.250	1,99	55.000	141,34
Osório	Santo Antônio da Patrulha	300	0,82	18.000	1,81	60.000	154,19
SUB-TOTAL		7.710	20,96	401.400	70,78	52.062	133,79
TOTAL RIO GRANDE DO SUL		36.776	100	1.431.081	100	38.913	100

FONTE: IBGE / PAM

ELABORAÇÃO: SEAPPA / DPFA

Como apresentado na tabela 3, o município de Santo Antônio da Patrulha ocupa a décima posição em área colhida de cana, com 300ha, correspondendo à 0,82% do total colhido no estado. Porém, em termos de rendimentos por hectares, Santo Antônio fica na segunda colocação com uma média de 60t/ha, ficando atrás somente do município de Cruz Alta que obteve rendimento médio de 70t/ha.

É importante lembrar que o índice de produtividade da cana é baseado levando em conta somente a comercializada, não computando a cana utilizada para consumo interno das propriedades. Isto explica o fato destes dez municípios apontados, responderem por mais de 70% da produtividade do estado, cultivando apenas 20% da área total.

Cabe salientar que a maioria das variedades cultivadas no município de Santo Antônio, é oriunda da extinta AGASA, portanto estão defasadas em relação a outras variedades cultivadas em diferentes regiões do estado.

4.2 DA COOPERCANASUL

A história da COOPERCANASUL teve início no final dos anos 1990 quando a prefeitura de Santo Antônio da Patrulha articulou um projeto para captar recursos junto ao Pronaf⁵, visando à construção de um centro de padronização de cachaça. O

⁵ O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi instituído pelo governo federal através do Decreto N.º. 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como finalidade a promoção do “desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores

objetivo dessa iniciativa consta em legalizar e qualificar os produtores deste destilado, devido a mudança na legislação com a Lei nº8. 918/94 não permitir mais a produção pessoa física, somente através de um CNPJ⁶, fato que tira a seguridade social rural dos produtores.

Após aprovação do projeto e construção da estrutura física, com pavilhão de 315m² e aquisição de equipamentos para padronização e envase dos produtos dos associados, financiados com recursos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e do Município de Santo Antônio da Patrulha deram-se início as reuniões em busca de produtores para a formalização da cooperativa. Em agosto de 2005, produtores da região do Vale dos Sinos e do Litoral Norte decidiram em assembléia a mudança de atividade do Centro de padronização de cachaça para derivados de cana, abrangendo assim um número maior de pequenos agricultores.

No dia 25 de agosto de 2005, 24 produtores dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá, Osório, Taquara, Rolante e Parobé, reuniram-se na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, formalizando a Ata de fundação da Cooperativa dos produtores de cana e derivados do RS (COOPERCANASUL). A foto que registra a presença dos 24 produtores sócio-fundadores da COOPERCANASUL, no momento da assinatura da Ata de fundação, observa-se no anexo D. Já, o logotipo de identificação da COOPERCANASUL encontra-se no anexo C.

4.3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, descrevemos os dados obtidos da amostra intencional junto aos cinco produtores associados à COOPERCANASUL no município de Santo Antônio da Patrulha.

O município de Santo Antônio da Patrulha tem seu território dividido em seis Distritos. Os cinco produtores entrevistados estão localizados em três distritos, sendo eles o 1º Distrito correspondente à sede do município, o 3º Distrito correspondente à região de Catanduva Grande e o 6º Distrito correspondente a

familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda". (BRASIL, 1996, p. 01).

⁶ CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

região de Chico Lumã.

Na figura a seguir ilustra-se a identificação e localização dos cooperados entrevistados nesta pesquisa, bem como a sede da COOPERCANASUL na localidade de Montenegro pertencente ao 1º Distrito.

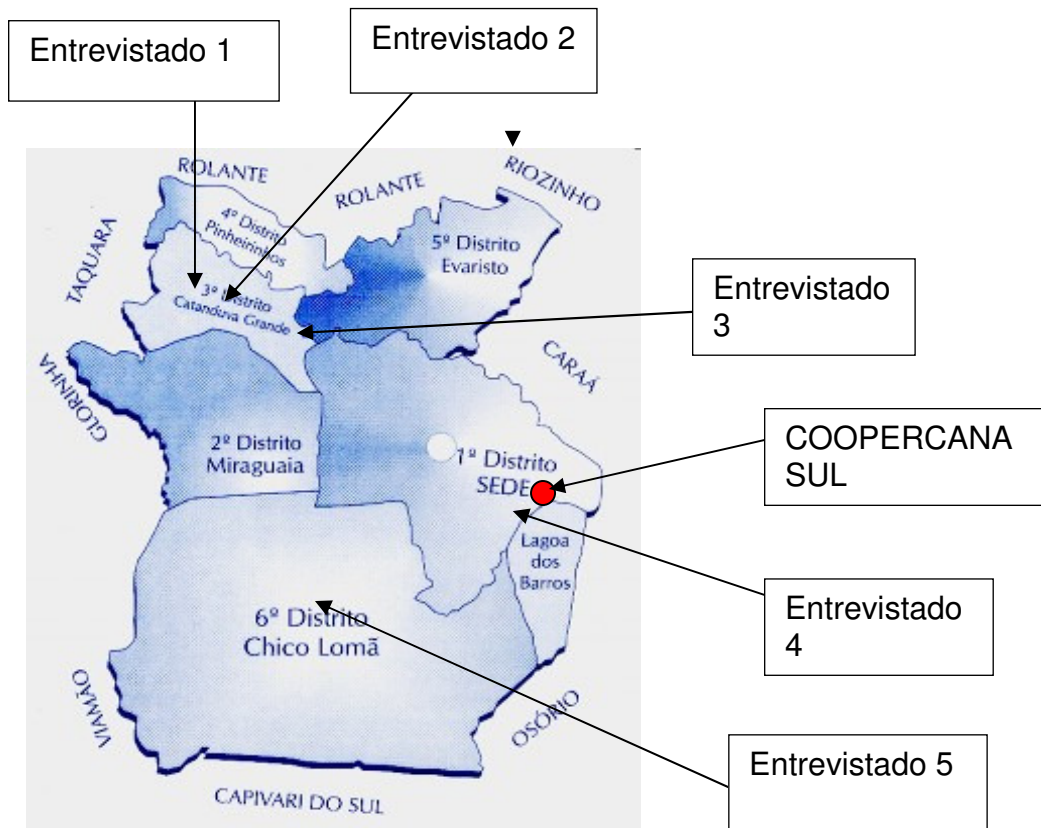


Figura 4: Localização dos entrevistados
Fonte: www.pmsap.com.br

O Entrevistado 1, reside na localidade de Roça Grande, o Entrevistado 2, na localidade de Serraria Velha e o Entrevistado 3 residente na localidade de Arroio da Madeira. Com relação ao Entrevistado 3, o mesmo migrou para outro município, a responsabilidade da propriedade ficou a cargo de outros membros da família. Pelo fato do sócio cooperado não responder mais pela unidade produtiva, bem como o fim das atividades produtivas por parte do outros integrantes, a coleta de dados não se justificou.

O 1º Distrito correspondente a Sede do município, abriga na localidade de Montenegro o Entrevistado 4, também na localidade de Montenegro situa-se o prédio da COOPERCANASUL. Por último, no 6º Distrito de Chico Luma, na localidade de mesmo nome, situa-se a propriedade do Entrevistado 5.

A demonstração da figura acima, o 3º Distrito apresenta uma maior concentração dos produtores da COPERCANASUL, contendo os três primeiros dos cinco entrevistados, sendo uma região de morros com a predominância da agricultura familiar, assim como na localidade de Montenegro, onde está o entrevistado 4. Destaca-se portanto o entrevistado 5, localizado numa região de planície com predominância da orizicultura e da pecuária bovina.

Com relação ao número de integrantes das famílias, a composição média delas está entre dois e quatro integrantes, conforme apontou a coleta de dados junto aos quatro entrevistados.

Quanto ao tamanho das propriedades, verificou-se que o entrevistado 1 possuem 32 hectares, sendo 11 hectares cultivado com cana de açúcar e as demais 21 hectares distribuídas em cultivos de auto consumo como feijão, aipim, milho, entre outras culturas, além de pastagens para criação bovina bem como área de mata nativa e mata de eucalipto.

O entrevistado 2 respondeu ter 4 hectares, com 3 destas destinadas ao cultivo da cana de açúcar, e 1 hectare distribuída em mata nativa e produção para auto consumo com culturas também do tipo já acima mencionado.

O entrevistado 4 declarou possuir 6 hectares, da qual destina somente 1 hectare para o cultivo de cana e mais um hectare para cultivo de auto consumo, ficando as demais distribuídas em pastagens e mata nativa.

Por último, o entrevistado 5 preferiu não declarar a área total da propriedade, tão pouco a distribuição de cultivos ficando, de certa forma, prejudicada a coleta de dados.

Analisando os dados apresentados acima, verifica-se a predominância da pequena propriedade, baseada no trabalho familiar bem como a diversificação da produção, mesmo que a atividade principal esteja vinculada exclusivamente à cultura da cana durante o ano inteiro. Cabe salientar que a produção para auto consumo mencionada anteriormente, serve também como complemento da renda familiar, pois conforme relatado pelos entrevistados, o excedente é comercializado.

Outro ponto importante a salientar é o uso de serviço braçal e de tração animal na elaboração das tarefas da propriedade, devido à impossibilidade da mecanização das “roças” como os entrevistados destacam. Neste caso, a criação bovina além de ser uma atividade de complemento da renda, tem importância fundamental na propriedade com vistas à utilização da tração animal no dia a dia.

Fazendo uso da referência de Wanderley (1996), a autora destaca que “a família ao mesmo tempo em que detém os meios de produção, assume as tarefas da propriedade”, é possível afirmar, segundo o perfil dos entrevistados, que tratam-se de agricultores familiares.

Com relação ao fornecimento de produtos à COOPERCANASUL, dos quatro entrevistados, somente dois estão fornecendo produtos, são eles os entrevistados 1 e 2. Quanto à os entrevistados 4 e 5, o entrevistado 4 relatou que possui uma agroindústria, porém não esta de acordo com as decisões tomadas pela gerencia da cooperativa, com isso não entra em acordo para o fornecimento de produtos. O entrevistado 5, relatou que possui canais de comercialização como feiras que segundo ele lhe garantem melhor rendimento.

Nas tabelas 4 e 5 a seguir, destaca-se a capacidade de produção anual de produtos dos quatro entrevistados.

TABELA 4
Capacidade de produção anual em toneladas.

Produtores	Melado	Açúcar mascavo	Rapadura	Produção total ano (t)
Entrevistado 1	10	20		30
Entrevistado 2	10			10
Entrevistado 4			4	4
Total				44

Fonte: Tabela elaborada pelo autor deste estudo

TABELA 5
Capacidade de produção anual em litros de cachaça.

Produtor	Cachaça	Produção total/litros ano
Entrevistado 5	5 000	5 000
Total		5 000

Fonte: Tabela elaborada pelo autor deste estudo.

Analisando as tabelas 4 e 5, os entrevistados 1, 2 e 4, possuem uma capacidade de produção anual de 44 toneladas de produtos, capacidade insuficiente para abastecer a demanda da cooperativa segundo relato do gestor da

COOPERCANASUL. A respeito do entrevistado 5, o gestor declarou que o cooperado se encontra na situação da maioria dos cooperados da cooperativa, são somente produtores de cachaça, produto este que a cooperativa no momento não consegue comercializar, segundo o gestor.

Em relação às condições dos estabelecimentos, três dos quatro entrevistados estão de acordo com as normas estabelecidas pela vigilância sanitária para alimentos derivados de cana e Ministério da Agricultura para a produção e comercialização da cachaça.

Somente o entrevistado 2 ainda não possui alvará de produção, no entanto está em obras para adequar-se à legislação.

No questionamento feito aos entrevistados, sobre conhecimento da prática cooperativa, os entrevistados 1, 2, e 4 declararam não ter nenhuma experiência cooperativista anterior a COOPERCANASUL, o entrevistado 5 afirmou ter experiência anterior, porém não revelou a instituição em que atuou.

Também sobre experiência cooperativista, o gestor declarou não ter experiência anterior a criação da cooperativa, acrescentando ainda que este é um assunto discutido entre os cooperados, sendo um consenso de que este fato é um dos entraves para um bom funcionamento da cooperativa.

Em relação a comercialização por parte da COOPERCANASUL, o gestor relatou que:

“Primeiramente a cooperativa tinha como principal produto a cachaça, sendo a Envelhecida e a Prata, conseguimos o selo da Receita Federal e então estávamos aptos a comercializar. No entanto o mercado para a cachaça se mostrou inviável para nós, o custo com embalagem e impostos, por exemplo, enquanto as grandes indústrias vendem aguardente em embalagens plásticas pagando centavos por selo do IPI, nós utilizamos uma embalagem padrão para cachaça de alambique e pagamos mais de um real de IPI por garrafa.” (Abril/ 2011)

Analisando o depoimento do gestor, cabe salientar a citação de Miele, Waquil e Schultz relatam à importância do Ambiente Institucional, na regulação do mercado, porém lembram o fato deste conjunto de regras sofrer pressão de grandes corporações. Diante do depoimento do gestor, verificou-se a diferença de tributação entre as grandes indústrias de aguardente e os produtores de cachaça de alambique, conforme tabelamento da Receita Federal. Cabe salientar que presente

estudo não tinha por objetivo analisar a carga tributária, portanto a análise feita refere-se ao relato do gestor.

A COOPERCANASUL tendo esta dificuldade quanto à comercialização da cachaça, direcionou seu foco para o mercado de alimentos derivados da cana de açúcar, como rapaduras, melado e açúcar mascavo. Para incluir-se neste mercado, o gestor salientou que a COOPERCANASUL, obrigou-se à adequar suas instalações as normas da Secretaria Estadual da Saúde.

Apta a comercializar os novos produtos, a cooperativa encontrou dificuldades na comercialização, segundo o gestor, no mercado de derivados de cana no âmbito local e regional, a concorrência é fortíssima por parte de empresas consolidadas no mercado. Conforme o gestor, esta concorrência aliada à falta de capital da COOPERCANASUL, que não dispõe de um veículo próprio para a coleta de matéria prima bem como na distribuição dos produtos, se constitui num dos entraves ao bom funcionamento das atividades comerciais da cooperativa.

Encontrando dificuldades de inserção no mercado, a COOPERCANASUL direcionou sua atuação em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Valendo-se da situação de ser uma cooperativa de produtores familiares, a mesma dispõe de requisitos necessários para acessar estes mercados, situação que impede que outras empresas do mesmo ramo atuem neste nicho de mercado.

Conforme relatou o gestor, atualmente a COOPERCANASUL fornece as prefeituras de São Leopoldo, Pinhal, Caxias do Sul, Cidreira, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha, sendo a comercialização a estes municípios a principal entrada de recursos da COOPERCANASUL.

O Entrevistado 2, relatou a importância da COOPERCANASUL para os cooperados, segundo ele:

“... para nós é muito importante ter a cooperativa como representante empresarial, eu sozinho não conseguiria entrar nos mercados que ela já conseguiu. Até a idéia de adequação as normas da saúde, a gente já vinha discutindo desde a inauguração, agora estou quase pronto como a saúde exige.” (Março/ 2011)

Sobre o relato do Entrevistado 2, remete-se a referência de Schneider (2004) sobre o papel do cooperativismo em transformar a realidade local/regional, pois no

caso dos cooperados de Santo Antônio da Patrulha, observa-se a evolução na melhoria da infra-estrutura e da consciência em relação ao cooperativismo.

Em outro relato, o Entrevistado 3 ressalta o papel desempenhado pela COOPERCANASUL em relação as vendas efetuadas para a Prefeitura de Caxias do Sul. "... a COOPERCANASUL fez a venda para Caxias, que deu para motivar a turma, se tivesse mais vendas assim já tava bom, o dinheiro vem direto pra nossa conta, não tem erro." Março/20011)

A respeito da participação dos cooperados nas reuniões e decisões da COOPERCANASUL, o gestor relatou que atualmente a freqüência de participação dos cooperados é baixa, segundo ele o fato dos produtores de cachaça não estarem sendo assistidos neste momento, contribui para insatisfação do grupo.

Por outro lado, salienta-se o fato do gestor e os entrevistados, apontarem que mesmo com dificuldades, o cooperativismo se destaca para eles como o caminho a ser mantido. Segundo relatos obtidos nas entrevistas, o caminho percorrido até o momento, proporcionou a eles um conhecimento importante na troca de experiências com outros produtores, no conhecimento e adequação à legislação bem como na satisfação de poderem colocar seus produtos em mercados antes não vislumbrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso realizado tendo a entidade COOPERCANASUL como objeto de pesquisa, possibilitou um entendimento não só da estrutura existente, como também das relações entre os cooperados e a cooperativa.

Diante dos resultados obtidos nesta amostra intencional, ressalta-se o fato dos entrevistados serem todos pequenos produtores, ou melhor, conforme Wanderley, agricultores familiares, que trazem nas origens o conhecimento da cultura da cana, tão tradicional no município de Santo Antônio da Patrulha.

Os cooperados, na sua grande maioria, estão localizados em áreas de morros, o que dificulta a mecanização das lavouras, obrigando-os a utilização de tração animal e de trabalho manual. Essa condição é um limitante para a ampliação da área cultivada do cooperado, e por conseqüência, o não suprimento da necessidade de matéria prima e de produtos para a COOPERCANASUL, no que se refere a produção do melado, do açúcar mascavo e da rapadura.

É importante ressaltar que o melado, o açúcar mascavo e a rapadura são hoje os principais produtos comercializados pela cooperativa.

Com relação à cachaça, a sua comercialização pela cooperativa praticamente não existe. Inúmeros fatores contribuíram para essa situação, dentre eles destaca-se: a tributação e a baixa demanda; o que levou a cooperativa a redirecionar o mercado para o ramo alimentício.

Este fato com relação aos cooperados produtores de cachaça vem preocupando a atual diretoria da COOPERCANASUL, pois muitos deles preferem continuar no comércio informal, ao produzirem outros derivados de cana.

O direcionamento da cooperativa para o mercado institucional, tem se mostrado eficiente, pois a mesma vem conseguindo se manter ativa. Porém, depender de apenas um nicho de mercado, pode ser um negócio arriscado para uma entidade que representa 24 cooperados.

Considerando os quatro cooperados entrevistados, do município de Santo Antônio da Patrulha, no momento somente dois estão fornecendo produtos a COOPERCANASUL, no entanto, todos já tiveram alguma relação de comércio com a mesma.

Através das entrevistas realizadas, também se percebe a falta de experiência,

tanto por parte do gestor, como da maioria dos cooperados entrevistados sobre o tema cooperativismo. Segundo eles, esta é uma das causas dos problemas enfrentados na caminhada da COOPERCANASUL até o momento. Outra causa apontada pelos entrevistados é a baixa capacidade de investimento que a COOPERCANASUL dispõe para a compra de equipamentos que lhe proporcione um melhor desempenho das atividades.

O fato da COOPERCANASUL não estar contemplando a totalidade dos cooperados, acaba naturalmente gerando um desconforto por parte de alguns, ao ponto de solicitarem a desfiliação da entidade, situação relatada pelo gestor. Porém, pelas entrevistas realizadas, percebe-se que a convicção quanto ao cooperativismo segue forte dentre os cooperados.

Nesta mesma linha vem à questão da sede da COOPERCANASUL estar situada numa área afastada da rodovia RS 030, que se torna uma dificuldade a mais a ser enfrentada pelos cooperados, pois além de dificultar o acesso dos mesmos, torna-se um limitante no que se refere à comercialização dos produtos diretamente aos consumidores.

Considerando a dificuldade de comercialização diretamente aos consumidores estar relacionada a localização da sede da COOPERCANASUL, pensar em novas estratégias de comercialização, passa por redimensionar um ponto de vendas a beira da RS 030, bem como no próprio litoral Norte. Esses dois novos pontos de venda se tornariam, não só uma forma de divulgar o produto como também numa fonte de recursos principalmente durante o verão.

Outro aspecto importante a explorar são as características da região de Santo Antônio como, por exemplo, o reconhecimento da Identificação Geográfica para os derivados de cana que poderão trazer benefícios, não só para a COOPERCANASUL, mas para toda a cadeia da cana de açúcar existente no município e região.

Conclui-se, através dos resultados obtidos nas entrevistas que a COOPERCANASUL, apesar de enfrentar dificuldades ao longo de sua trajetória, possibilitou e continua possibilitando, mesmo que parcialmente, a inserção dos seus produtores cooperados no mercado. Ela também pode aumentar esta inserção no mercado, caso consiga rearticular uma ação junto aos cooperados não contemplados atualmente.

Por fim, ressalta-se que o trabalho em questão contempla uma pequena

análise sobre a COOPERCANASUL, ficando em aberto a possibilidade de outros trabalhos aprofundarem este tema estudado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **MOENDAS CALADAS: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado**: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). 733 p. V.1. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2007-06-20T120136Z-690/Publico/387367.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**: GEPAl:Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais.- 3. ed.- 2. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº. 1.946, de 28 de Junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 28 de junho de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 27 mar. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº. 8.918, de 14 de julho de 1994**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8918.htm>. Acesso em 16 mar. 2011.

DOMICIANO, Carlos Shiley. **O cooperativismo como estratégia de participação social dos agricultores familiares**. Estudos, Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 803-820, set./out. 2007. Disponível em: <revistas.ucg.br/index.php/estudos/article/download/411/342>. Acesso em 29 jan. 2011.

FARIAS, Cleuza Maria. **Técnico em Agroindústria**. Cooperativismo. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Campus Pelotas - Visconde da Graça. Pelotas-RS, 2011. 44 p. Disponível em: <<http://ava.ufpel.edu.br/etec/course/view.php?id=135>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

GELHEN, Ivaldo. MOCELIN, Daniel Gustavo. **Organização social e movimentos sociais rurais**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil -UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Disciplina Derad 05. Curso de Graduação Tecnológica PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 121 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/>>. Acesso em: 02 de março de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/.../agropecuaria/censoagro/default.shtm . Acesso em 07/04/2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Santo Antônio da Patrulha – Rio Grande do Sul. **Síntese das Informações Censo 2010 - Primeiros Resultados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 de abr. 2011.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Cooperativismo.** 2010, 20 p. Disponível em: <http://www.eafaead.com.br/moodle/course/view.php?id=49>>. Acesso em 18 mar. 2011.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar (S/D).** Disponível em: www.emater.br/agricultura/art18.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2011.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHULTZ, Glauco. **Módulo I: Organização Industrial.** DERAD 020 – Mercados e Comercialização de Produtos Agroindustriais. UFRGS, 2010: 17 p. Porto Alegre. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 de mar. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Movimento livre da influência do Estado.** Evolução no Brasil. Cooperativismo. Home. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 30 mar. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio. **Cana de açúcar – Área, produção e rendimento nos principais Municípios – RS – 2008.** Disponível em: http://www.saa.rs.gov.br/uploads/1270059957Cana_de_acucar.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2011.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Prefeitura Municipal. **Caracterização do Município.** Disponível em: <http://www.pmsap.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa.** Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará Av. 13 de Maio, 2081 Benfica – 60040-531 Fortaleza –CE. Disponível em: www.ufop.br/demet/metodologia.pdf. Acesso: 10 mar. 2011

SCHNEIDER, José Odelso. **Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e Cooperativismo.** Ponencia presentada durante el III Encuentro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo, Brasil, 28 al 30 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Frohlich, J M.; Vivien Diesel. (org.). DESENVOLVIMENTO RURAL - Tendências e Debates Contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>>. Acesso em: 20

de mar. 2011.

VALADARES, José Horta. **A Moderna Administração em Cooperativas**. Rio de Janeiro.– MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getulio Vargas – Cursos “in Company”.Disponível em: www.administracaovirtual.com/administracao/downloads/ap. Acesso em 24/05/ 11

VOGT, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos de. **Mercados Institucionais Locais como Instrumento de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS**. 2009. UFSM, SANTA MARIA - RS – BRASIL. In: Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/743.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2011.

WANDELEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro anual da Anpocs. GT 17 Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object_id=899435>. Acesso em: 20 de mar. 2011.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Módulo I: Conceito de Mercado e as suas diversas dimensões**. DERAD 016 – Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas. UFRGS, 2009: 10 p. Porto Alegre. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/>>. Acesso em: 20/07/09.

YOKOYAMA, Marcos Hideyuki; SILVA, Andrea Lago da; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith. **Exigências dos Canais de Distribuição para aquisição de FLV: uma comparação entre a teoria e alguns casos estudados**. Grupo de Pesquisa: Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais. 20 p. UFSCAR. São Carlos - SP – Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/629.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

APÊNDICE 1 - Questionário aplicado junto aos cooperados da COOPERCANASUL no município de Santo Antônio da Patrulha.

Dados do produtor:

a) Nome:

b) Localidade:

c) Número de integrantes da família:

Dados da propriedade:

a) Área total da propriedade:

b) Área cultivada com cana de açúcar:

c) Área com outros cultivos: () feijão, () milho, () pastagens.

d) Fornece algum produto a COOPERCANASUL? () SIM ou () NÃO (por quê)?

e) Qual produto é fornecido? () melado, () cachaça, () açúcar mascavo, () rapadura.

f) Qual capacidade de produção anual?

g) Possui registro (estadual ou federal) do estabelecimento? () SIM ou () NÃO
Por quê?

h) O senhor já tinha alguma experiência cooperativa anterior a COOPERCANASUL?
() SIM ou () NÃO. Quais?

i) Como era sua visão de cooperativismo anteriormente?

j) Qual é a sua visão hoje de cooperativismo?

APÊNDICE 2- Entrevista feita junto ao gestor.

Nome:

Localidade:

- a) O senhor já possuía experiência com cooperativismo anterior COOPERCANASUL?
- b) Qual participação do quadro de cooperados nas reuniões e assembléias?
- c) Quais mercados a COOPERCANASUL está inserida?
- d) Qual é o direcionamento de mercado da COOPERCANASUL? Existe um direcionamento de mercado?
- e) Quais os principais entraves a COOPERCANASUL enfrenta no momento?
- f) A COOPERCANASUL está conseguindo assistir satisfatoriamente os seus cooperados?
- g) Como é a participação dos cooperados de Santo Antônio da Patrulha?

ANEXO A - Lei nº 8.918, de 14 de Julho de 1994**Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**LEI Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994.**

Regulamento
Regulamento
Mensagem de Veto

Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do registro, da padronização, da classificação, da inspeção e da fiscalização da produção e do comércio de bebidas.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização de que trata esta lei incidirão sobre:

I - Inspeção:

a) equipamentos e instalações, sob os aspectos higiênicos, sanitários e técnicos;

b) embalagens, matérias-primas e demais substâncias, sob os aspectos higiênicos, sanitários e qualitativos;

II - Fiscalização;

a) estabelecimentos que se dediquem à industrialização, à exportação e à importação dos produtos objeto desta lei;

b) portos, aeroportos e postos de fronteiras;

c) transporte, armazenagem, depósito, cooperativa e casa atacadista; e

d) quaisquer outros locais previstos na regulamentação desta lei.

Art. 2º O registro, a padronização, a classificação, e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Art. 3º A inspeção e a fiscalização de bebidas, nos seus aspectos bromatológicos e sanitários, são da competência do Sistema Único de Saúde (SUS), por intermédio de seus órgãos específicos.

Art. 4º Os estabelecimentos que industrializem ou importem bebidas ou que as comercializem a granel só poderão fazê-lo se obedecerem, em seus equipamentos e instalações, bem como em seus produtos, aos padrões de identidade e qualidade fixados para cada caso.

Parágrafo único. As bebidas de procedência estrangeira somente poderão ser objeto de comércio ou entregues ao consumo quando suas especificações atenderem aos padrões de identidade e qualidade previstos para os produtos nacionais, excetuados os produtos que tenham características peculiares e cuja comercialização seja autorizada no país de origem.

Art. 5º Suco ou sumo é bebida não fermentada, não concentrada e não diluída, obtida da fruta madura e sã, ou parte do vegetal de origem, por processamento tecnológico adequado, submetida a tratamento que assegure a sua apresentação e conservação até o momento do consumo.

§ 1º O suco não poderá conter substâncias estranhas à fruta ou parte do vegetal de sua origem, excetuadas as previstas na legislação específica.

§ 2º No rótulo da embalagem ou vasilhame do suco será mencionado o nome da fruta, ou parte do vegetal, de sua origem.

§ 3º O suco que for parcialmente desidratado deverá mencionar no rótulo o percentual de sua concentração, devendo ser denominado suco concentrado.

§ 4º Ao suco poderá ser adicionado açúcar na quantidade máxima de dez por cento em peso, devendo constar no rótulo a declaração suco adoçado.

§ 5º É proibida a adição, em sucos, de aromas e corantes artificiais.

Art. 6º A bebida conterá, obrigatoriamente, a matéria-prima natural responsável pelas suas características organolépticas, obedecendo aos padrões de identidade e qualidade previstos em regulamento próprio.

§ 1º As bebidas que não atenderem ao disposto no caput deste artigo serão denominadas artificiais e deverão observar as disposições regulamentares desta lei.

§ 2º As bebidas que apresentarem características organolépticas próprias de matéria-prima natural de sua origem, ou cujo nome ou marca se lhe assemelhe, conterão, obrigatoriamente, esta matéria-prima nas quantidades a serem estabelecidas na regulamentação desta lei.

Art. 7º As bebidas dietéticas e de baixa caloria poderão ser industrializadas observadas as disposições desta lei, do seu regulamento e legislação complementar, permitido o emprego de edulcorantes naturais e sintéticos na sua elaboração.

§ 1º Na industrialização de bebidas dietéticas e de baixa caloria, poderão ser feitas associações entre edulcorantes naturais e sintéticos, obedecido o disposto na regulamentação desta lei.

§ 2º Na rotulagem de bebida dietética e de baixa caloria, além dos dizeres a serem estabelecidos na regulamentação desta lei, deverá constar o nome genérico do edulcorante, ou edulcorantes, quando houver associação, sua classe e quantidade ou peso por unidade.

§ 3º É livre a comercialização, em todo o território nacional, das bebidas dietéticas e de baixa caloria, observadas as disposições desta lei.

Art. 8º É facultado o uso da denominação conhaque, seguida da especificação das ervas aromáticas ou componentes outros empregados como substância principal do produto destilado alcoólico que, na sua elaboração, não aproveite como matéria-prima o destilado ou aguardente vínica.

Art. 9º Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, a infração das disposições desta lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, além das medidas cautelares de fechamento do estabelecimento, apreensão e destinação da matéria-prima, produto ou equipamento, as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

~~II - (Vetado)-~~

II - multa no valor de até 110.000 Unidades Fiscais de Referência (UFIR), ou unidade padrão superveniente; (Redação dada pela Lei nº 8.936, de 1994)

III - inutilização da matéria-prima, rótulo e/ou produto;

IV - interdição do estabelecimento ou equipamento;

V - suspensão da fabricação do produto; e

VI - cassação da autorização para funcionamento do estabelecimento cumulada ou não com a proibição de venda e publicidade do produto.

Art. 10. Na aplicação das medidas cautelares ou do auto de infração, haverá nomeação de um depositário idôneo.

~~Parágrafo único. (Vetado).~~

Parágrafo único. Ao depositário infiel será aplicada a multa no valor de até 27.500 Unidades Fiscais de Referência (Ufir), ou unidade padrão superveniente. (Redação dada pela Lei nº 8.936, de 1994)

Art. 11. O Poder Executivo fixará em regulamento, além de outras providências, as disposições específicas referentes à classificação, padronização, rotulagem, análise de produtos, matérias-primas, inspeção e fiscalização de equipamentos, instalações e condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos industriais, artesanais e caseiros, assim como a inspeção da produção e a fiscalização do comércio de que trata esta lei.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias, contados de sua publicação.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972.

Brasília, 14 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República.


ITAMAR FRANCO
Synval Guazzelli
Henrique Santillo

Este texto não substitui o publicado no D.O.U de 15.7.1994

ANEXO B – Decreto municipal sobre o Puro Engenho



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



DECRETO Nº 423, DE 19 DE JULHO DE 2007.

Cria o Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, da Lei Orgânica do Município,

Considerando as dificuldades na comercialização e de mercado para produção de melado e de açúcar mascavo produzido no Município de Santo Antônio da Patrulha;

Considerando a necessidade de se estabelecer processos agroindustriais para produção de melado e de açúcar mascavo que sejam técnica, social e ambientalmente adaptadas às condições municipais;

Considerando a grande desuniformidade do melado e do açúcar mascavo produzido no município, resultado de processos diferenciados de produção e da necessidade de capacitação dos produtores destes produtos;

Considerando a importância econômica e social da produção do melado e do açúcar mascavo para o Município, produtos de um grande número de pequenas agroindústrias, gerando oportunidades de absorção da cana-de-açúcar local e gerando oportunidades de trabalho à população municipal; *

Considerando a dificuldade enfrentada pelas pequenas agroindústrias de melado e açúcar mascavo na melhoria de seus empreendimentos, tanto em estrutura física como nos processos agroindustriais;

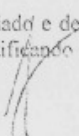

Considerando a necessidade de estimular os investimentos em empreendimentos de interesse das comunidades rurais, contribuindo para o desencadeamento de processos de desenvolvimento local e regional;

Considerando, ainda, a necessidade de adoção de políticas que visem o fortalecimento da atividade agropecuária no Município, evitando o êxodo rural,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, na Secretaria Municipal da Agricultura e Fomento Econômico, o Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha, a fim de atender os produtores e empreendedores rurais interessados na qualificação da produção de melado e de açúcar mascavo, pessoas físicas e jurídicas estabelecidas no Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, tendo como objetivos gerais:

- 1- A qualificação da produção do melado e de açúcar mascavo produzidos no Município de Santo Antônio da Patrulha, identificando estes produtos por um selo de identificação emitido pelo programa;

AV. BORGES DE MEDEIROS, 456 . CEP 95.500-000 . FONE/FAX 0xx(51) 3662.4000 . E-mail: administracao@pmsap.com.br
"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



- II- Agregar valor ao melado e ao açúcar mascavo produzido no município;
- III- Ampliar o mercado para o melado e de açúcar mascavo produzidos em Santo Antônio da Patrulha;
- IV- Contribuir para que o melado e o açúcar mascavo produzidos em Santo Antônio da Patrulha tenham maior competitividade no mercado;
- V- Melhorar a renda e as condições de vida dos produtores municipais de cana-de-açúcar e de seus produtos – melado e açúcar mascavo;
- VI- Promover a organização da produção e a organização rural municipal;
- VII- Promover a geração de emprego;
- VIII- Contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento sócio-econômico municipal.

Art. 2º São objetivos específicos do Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha:

- I- Promover e apoiar a melhoria das estruturas de produção do melado e de açúcar mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha;
- II- Incrementar e aperfeiçoar a comercialização do melado e de açúcar mascavo produzido pelas agroindústrias municipais;
- III- Promover e apoiar a formação e capacitação técnica e gerencial dos empreendedores e funcionários das agroindústrias de melado e de açúcar mascavo do Município, melhorando os processos produtivos e sua competitividade perante o mercado;
- IV- Implementar e facilitar o acesso ao crédito aos produtores locais de cana-de-açúcar e seus produtos – melado e açúcar mascavo, visando o aumento da produção, da produtividade e a melhoria da qualidade da cana-de-açúcar, melado e açúcar mascavo;
- V- Apoiar a produção da cana-de-açúcar, fonte de matéria-prima para a produção de melado e de açúcar mascavo em Santo Antônio da Patrulha;
- VI- Incentivar e promover o uso do melado e açúcar mascavo produzido no Município pelas indústrias locais de doces e rapaduras;
- VII- Promover e apoiar mudanças no sistema de embalagem adotado para o melado e o açúcar mascavo produzidos no Município, padronizando-as e melhorando a conservação, transporte e manuseio destes produtos.

Art. 3º O Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha, terá as seguintes atribuições:

- I- Coordenar, apoiar e promover ações destinadas à consecução de seus objetivos;
- II- Organizar e realizar cursos, treinamentos e atualizações aos empreendedores e seus funcionários como forma de qualificar os produtos oriundos da agroindústria de melado e de açúcar mascavo do Município;
- III- Orientar e acompanhar os participantes do programa na execução dos projetos de melhoria da produção de cana-de-açúcar e das agroindustriais de melado e de açúcar mascavo;
- IV- Viabilizar aspectos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento de suas ações.



Parágrafo Único: Para o atendimento de suas atribuições, o Programa de Qualificação de Melado e de Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha, contará com um Comitê Técnico, consultivo, composto de um representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Fomento Econômico, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, um representante do SEBRAE-RS e um representante da Emater/RS-Ascar.

Art. 4º Para alcançar seus objetivos, o Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha poderá contar com o apoio de outras entidades ou instituições com atuação no Município.

Art. 5º O Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha estabelece que o melado e o açúcar mascavo para serem considerados de qualidade, devem:

- I – Ser produzidos segundo processos que adotem as boas práticas de fabricação e utilizando como matéria-prima produzida através de boas práticas agrícolas;
- II – Ser produzidos com respeito às leis trabalhistas em vigor e respeitando a legislação que rege o trabalho infantil;
- III – Ser produzidos respeitando a legislação ambiental vigente.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, através da Câmara Especializada de Desenvolvimento Rural, elaborará os procedimentos de boas práticas agrícolas e de boas práticas de fabricação, baseados nos quais o Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha estará fundamentado e tomará como referência para o desenvolvimento de suas atribuições e para atingir seus objetivos.

Art. 6º Para o desenvolvimento do Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo do Município de Santo Antônio da Patrulha serão destinados recursos do orçamento municipal, canalizados através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo Único: Visando atender os objetivos do Programa de Qualificação da Produção de Melado e de Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha, apoios e recursos poderão ser também canalizados de outras Secretarias do Executivo, assim como recursos obtidos de outras fontes da esfera municipal, estadual, federal e da iniciativa privada.

Art. 7º Este Decreto será regulamentado num prazo de 90 dias da data de sua publicação, basendo e respeitando as deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, através da Câmara Especializada de Desenvolvimento Rural, sobre este tema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

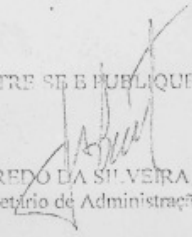


Art. 8º Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Santo Antônio da Patrulha, 19 de julho de 2007


DAICON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE


JOÃO ALFREDO DA SILVEIRA PEIXOTO
Secretário de Administração

ANEXO C – Logotipo da COOPERCANASUL



Fonte: COOPERCANASUL

ANEXO D – Foto de formalização da COOPERCANASUL

Fonte: COOPERCANASUL